

A invenção da sexualidade

Ana Cristina Teixeira da Costa Salles
Paulo Roberto Ceccarelli

Resumo

Os autores partem do princípio que todas as sociedades foram, desde sempre, interpeladas pelo enigma do sexual, o que as levou a criar dispositivos para lidar com as demandas pulsionais. Através de uma digressão sócio-histórica, os autores mostram como o Ocidente criou expedientes para lidar com este enigma, levando ao que pode ser chamado da “invenção da sexualidade”. Os discursos sobre a sexualidade aparecem em momentos sócio-históricos precisos como tentativas de normatizar as práticas sexuais de acordo com os padrões da época, visando ao controle da via social e política através do controle do corpo e da sexualidade. Sendo a regulamentação do sexo um assunto do Estado, das elites dominantes e da religião, o texto propõe mostrar como a “moral” de cada uma destas instâncias cria tanto o discurso sobre a regulamentação da sexualidade quanto os dispositivos que visam regulá-la, controlá-la ou mesmo curar as manifestações da sexualidade “desviantes”. A infundável leitura que há séculos vem sendo feita sobre esta dimensão constitutiva do humano retrata o destino particular que a nossa cultura deu ao sexual. O interesse em discutir este tema é mostrar quanto as nossas teorias, e a nossa prática clínica, são tributárias da cultura. Para os autores, a psicanálise, fruto da cultura ocidental, só pode ser devidamente entendida a partir da perspectiva histórica que a precedeu.

Palavras-chave

Sexual, Sexualidade, Controle, Cultura, Psicanálise.

*A sexualidade, tal como a entendemos,
é efetivamente uma invenção histórica,
mas que se efetivou progressivamente
à medida que se realizava o processo
de diferenciação dos diferentes campos
e de suas lógicas específicas.*

Pierre Bourdieu

Introdução

Com este título deliberadamente provocador, queremos lembrar que a sexualidade, tal como a percebemos, a vivemos e, sobretudo, a teorizamos, é uma criação da cultura ocidental. Isto não significa, em absoluto, que outras culturas não sejam igualmente interpeladas pelo enigma do sexual e criem dispositivos para lidar com as reivindicações pulsionais. Mas, não fosse a particularidade do destino que a nossa cultura deu ao sexual, não teria sido

possível a infundável leitura que há séculos vem sendo feita sobre esta dimensão constitutiva do humano. Seu expoente máximo é, sem dúvida, a psicanálise: um dos seus textos *princeps*, os *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, constitui a primeira formulação sistemática sobre o tema.

Gostaríamos, neste trabalho, de esboçar uma primeira reflexão sobre como a cultura ocidental, com o sistema de valores que lhe é próprio, criou o discurso so-

bre a sexualidade, e como as premissas freudianas são produtos destes mesmos valores. Lembremos que os discursos sobre a sexualidade aparecem em momentos sócio-históricos precisos como uma tentativa de normatizar as práticas sexuais de acordo com os padrões da época, pois o controle da via social e política só poderia ser alcançado pelo controle do corpo e da sexualidade (FOUCAULT, 1985). Ou seja, a sexualidade é uma construção, uma invenção, inseparável do discurso e do jogo de poder dentro dos quais ela é constituída e, ao mesmo tempo, se constitui.

O interesse em discutir este tema deve-se ao fato de que tanto as nossas teorias quanto a nossa prática clínica são tributárias da cultura. (Seria pouco provável que algo como a teoria psicanalítica surgisse em uma cultura na qual a moral sexual não produzisse doença nervosa.) Todos nós, queiramos ou não, estamos impregnados do imaginário da cultura ocidental. E mesmo aqueles que têm uma posição crítica em relação a ele não lhe são imunes, pois tais valores funcionam como suportes identificatórios para o sujeito em constituição.

Tendo como ponto de partida o fato de que a regulamentação do sexo sempre foi um assunto do Estado, das elites dominantes e da religião (FOUCAULT, 1984, 1985, 1985b), pretendemos neste texto fazer uma breve digressão para tentar compreender como a “moral” de cada uma destas instâncias cria tanto o discurso sobre a regulamentação da sexualidade quanto os dispositivos que visam regulá-la, controlá-la ou mesmo curar as manifestações da sexualidade “desviantes”. Isto é, aquelas que não respondiam aos critérios estabelecidos e que ameaçam a ordem vigente.

A ordem religiosa

Como já discutido em trabalhos anteriores (CECCARELLI, 2000; REIS

SANTOS & CECCARELLI, 2010), embora os valores ético-morais ocidentais encontrem suas raízes na tradição judaico-cristã, o ascetismo em relação aos prazeres e o legado pessimista que hostilizava o corpo derivam-se sobretudo de considerações médicas, cujas origens remontam à Antiguidade¹. Pitágoras aconselhava que as relações sexuais ocorressem preferencialmente no inverno, embora a perda do esperma fosse sempre prejudicial. Segundo Hipócrates, reter o sêmen proporcionava ao corpo a máxima energia. O médico pessoal do Imperador Adriano, Sarano de Éfeso, defendia que o ato sexual só era justificado para a procriação.

Esta visão da sexualidade foi intensificada por uma das maiores escolas da filosofia antiga – o estoicismo – cuja influência se deu sobretudo de 300aC a 250d.C. Esta corrente de pensamento transformou radicalmente a importância que os filósofos gregos reservavam à busca do prazer, fazendo com que a sexualidade fosse concentrada no casamento. Este torna-se “*uma permissão para a satisfação da luxúria ou do prazer para aqueles que os consideravam indispensáveis*” (RANKE-HEINEMANN, 1996, p.23). Mais tarde, quando o prazer carnal no ato conjugal tornou-se um problema teológico, o próprio casamento passou a ser questionado: uma das mais fortes consequências desta nova posição foi a valorização do celibato.

Os grandes Padres da Igreja – Agostinho, Jerônimo e Tomás de Aquino – contribuíram muito para a manutenção do negativismo em relação ao prazer sexual característico da influência estoíca. O sexo só se justificava para a reprodução, caso contrário traria o “estigma negativo do prazer”: vemos emergir uma moralidade

1. Boa parte do que se segue baseia-se na obra de referência sobre o tema: Eunucos pelo Reino de Deus Cf. RANKE-HEINEMANN, 1996.

que é, essencialmente, moralidade sexual.

No Antigo Testamento a origem do pecado é a desobediência. No capítulo 3 do *Livro do Gênesis*, intitulado *A origem do mal*, Eva deixa-se convencer pela serpente e, tentada a igualar-se a Deus, come o fruto da árvore proibida e adquire discernimento. Como consequência, Adão e Eva “*abrem os olhos e percebem que estavam nus*” (Gen. 3, 7). Ainda que se possa argumentar que o discernimento, a percepção do outro, da morte, envolva o conhecimento da diferença entre os sexos, o que levou à queda, à perda do paraíso, não foi a sexualidade, mas sim a vontade de igualar-se a Deus².

Ao colocar a origem do mal na sexualidade, ou seja, “sexualizar” o pecado original, Santo Agostinho deixou seu maior legado à moral cristã: a concupiscência foi o pecado original; o homem é fruto do pecado. Esta concepção fez do mundo algo entravado pelas exigências do corpo que impediam a ascese da alma; o ser humano tornou-se fragilizado e culpabilizado pelo desejo, o que levou a uma exaltação sem precedentes da virgindade. Mais ainda, a visão sexualizada do pecado original faz do homem uma vítima indefesa de uma mulher inescrupulosa e sem princípios que o seduz, levando-o a pecar; pecado este que é sempre sexual. Surge daí a imagem negativa da mulher, concepção ainda presente no Ocidente, como a responsável pela queda; em contrapartida o homem aparece como um ser espiritual em sua

origem, mas vítima indefeso da mulher diabólica³.

Neste novo quadro, argumentar em favor do casamento era difícil, pois ele se opunha à virgindade, incentivava o apego ao corpo trazendo o risco da volúpia carnal, o que impediria a ascese da alma. Ao mesmo tempo, um dilema foi criado: se, por um lado, todo o valor era dado à castidade, por outro lado, era necessário encontrar uma forma para regulamentar o casamento como lugar de procriação. Ademais, como pregara o Apóstolo Paulo, ele era uma concessão para os que não conseguiam manter-se puros: “*Mas, se não são capazes de dominar seus desejos, então se casem, pois é melhor casar-se do que ficar fervendo*” (I Cor., VII, 9). O casamento passou a ser tolerado, mas sob alta vigilância pois o que estava em jogo era a dimensão transcendente da salvação da alma. Dos males, o casamento era o menor.

Uma das maiores contribuições para resolver o impasse virgindade/casamento veio, sem dúvida, da obra *Casamento e concupiscência* de Santo Agostinho. Nela, o casamento é condenado como local de realização de desejos carnis, mas defendido como fonte de procriação, espaço de fidelidade e sacramento. Para Agostinho, “*a castidade da contingência é melhor que a castidade das núpcias, embora as duas sejam boas*” (apud VAINFAS, 1992, p.13). Leia-se: o casamento é inferior à virgindade, e não sendo para a procriação, não há justificativa para o ato carnal. O melhor seria a continência absoluta. Não se podendo alcançá-la, aprisiona-se o desejo no casamento.

A partir do século XII a ideia de “natureza humana” passa a ser identificada à

2. Não nos passa despercebido como o resultado do adquirir conhecimento – perceber-se nu, sofrer para alimentar-se, sentir dor no parto, o conhecimento da finitude, enfim, todas as consequências da perda do paraíso – é muito próximo dos processos que envolvem a constituição do sujeito tal como entende a psicanálise: a saída do narcisismo primário (o paraíso), a percepção da alteridade, da castração, da diferença dos sexos...

3. Este “destino” sem paralelo dado à mulher no mundo cristão, que esteve presente na caça às bruxas na Idade Média, continua presente até hoje: em muitas decisões judiciais a pena é reduzida quando se prova que foi a mulher que “provocou” o homem.

vontade divina, tornando-se um paradigma de reflexão moral: tudo que é natural é bom e apraza a Deus. Surge, assim, a ideia de “coito natural” que deu origem ao discurso que separa as práticas sexuais em “normais”, identificadas à procriação, e “anormais”, que diziam respeito às práticas infecundas. A ideia é que existiria uma sexualidade normal, conforme as inclinações naturais das coisas, cujo desvio, a depravação (*pravus*)⁴, é definido como “contra a natureza”. Toda vez que a sexualidade desvia da finalidade primeira que a referência animal nos mostra – união de dois órgãos sexuais diferentes para a preservação da espécie –, estamos diante de um pecado *contra naturam*: pedofilia, necrofilia, masturbação, homossexualidade separada da procriação, homossexualismo, sodomia...

Além dos atos abomináveis, certas posições eram proibidas, e certas épocas do ano impróprias às relações sexuais. A única posição “natural” era a do homem deitado sobre o ventre da mulher. A mulher de costas para o homem assemelhava-se à cópula dos animais; o homem em baixo da mulher era considerado uma inversão da natureza dos sexos já que denotaria a passividade masculina e a atividade feminina. No primeiro caso, a ideia era extirpar todo traço de animalidade no desejo humano e incluí-lo na razão natural. No segundo, reafirmar a submissão feminina ao homem.

Um outro exemplo da infiltração do religioso no imaginário daqueles séculos diz respeito à sexualidade do casal: a esterilidade era um indicador de alguma forma de impureza na vida conjugal. Ela podia se manifestar, em especial, nas mulhe-

res bonitas como um castigo de Deus por suas vaidades; e nas feias, como castigo pela inveja que tinham das bonitas. O interesse excessivo pelo sexo podia atrasar a gravidez, quando não impedi-la (DEL PRIORE, 2001). A impotência, de um ou de outro dos cônjuges, era vista como uma ameaça à sacralidade do matrimônio, podendo levar à anulação do mesmo⁵.

A partir do século XII, a moral que recusa o desejo e o prazer começa a abrandar-se com a aceitação do casamento como espaço legítimo para o uso dos prazeres. Todavia, a concepção do sexo como um mal em si mesmo persiste, sob forma do controle sistemático dos prazeres da carne e com a inclusão de mais um pecado capital: a luxúria. Luxuosos eram os que buscavam dentro do casamento principalmente o prazer e, fora dele, não observavam a castidade.

Vimos, até aqui, como a sexualização do pecado e a criação da confissão permitiram à Igreja criar um discurso sobre a sexualidade, através do qual pode controlar e intervir de forma profunda na sexualidade dos fiéis. É dentro deste espírito que a moralidade cristã, que “situa os principais pecados da humanidade nos quartos de dormir” (RANKE-HEINEMANN, 1996, p.47), desenvolveu-se.

A ordem médica

Segundo Foucault (1985, p.137), desde o século XVIII o sexo ocupou um lugar central que passou a definir tanto o sujeito quanto a população. E no século XIX,

4. O termo *perversão*, derivado de *per* (vertere), “pôr de lado”, ou “pôr-se à parte”, aparece pela primeira vez em 1444. Foi somente no final do século XIX e no século XX que “perversão” passou a ser usado em relação aos comportamentos sexuais que fogem à norma. Cf. PEIXOTO JUNIOR, 1999.

5. A anulação do casamento era permitida em caso de infertilidade feminina e de impotência masculina, desde que provada pela esposa. Para tal, ela deveria, segundo alguns teólogos, ter o testemunho de sete pessoas. Outros eram a favor da ordália: para provar a sua inocência, o marido acusado de impotência deveria caminhar sobre ferros quentes ou colocar os pés em água fervente. Se fosse inocente, nada lhe aconteceria. Outros ainda optavam pela indicação de sete parteiras que, após minucioso exame das partes genitais da esposa, verificavam se houve, ou não, a ruptura do hímen.

a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas; perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la.

A primeira grande ruptura nos mecanismos de controle e repressão da sexualidade começa a esboçar-se no século XVII (FOUCAULT, 1985). A concepção de uma “pulsão sexual” inerente ao ser humano, cuja forma de satisfação poderia ser boa, sadia ou, ao contrário, errada ou ainda perversa, data do Iluminismo, ou seja, do final do século XVII, início do XVIII. Nessa época, as questões de ordem sexual começam a influenciar cada vez mais o social, particularmente a sexualidade legítima no seio da família a fim de regular a procriação. Fato curioso que indica uma mudança profunda nos costumes: dois novos delitos aparecem nos tratados de direito da época. As relações sexuais precoces, sem o compromisso claro do matrimônio, e a gravidez secreta, pois esta poderia levar ao aborto ou ao assassinato do recém-nascido. Desde o final do século XVII, sobretudo na França e na Alemanha, a questão de como gerenciar o controle da natalidade tornou-se um objeto de discussão social, pois a população passou a ser um recurso do Estado na produção de riqueza (SARASIN, 2002/3). Isto significa que foi a partir de uma perspectiva biopolítica que se origina o dispositivo moderno da sexualidade.

O passo seguinte foi a invenção da sexualidade, tal como a entendemos hoje: aquilo que marca o indivíduo em sua dimensão mais profunda. Segundo Sarasin (2002/3), o processo que levou a esta nova configuração possui quatro características: 1. a descrição do sexo como qualidade constitutiva do sujeito; 2. a passagem do sexo do registro religioso para o médico,

acarretando uma transferência da competência sobre estes saberes dos *experts* religiosos para os da medicina; 3. a diferenciação entre a sexualidade “perigosa” e a “sadia”; finalmente, 4. a biologização da diferença dos sexos como base fundadora de toda sexualidade legítima.

Em 1696 Nicolas Venette, professor de anatomia e de cirurgia em La Rochelle, França, publicou *Tableaux de l'amour conjugal*, livro pioneiro no gênero, várias vezes reeditado e traduzido em várias línguas.

No livro, Venette mistura o conhecimento médico e as tradições populares para dar conselhos sobre a melhor maneira de se conseguir êxito, ou seja, de procriar, nas relações conjugais; ele traz relatos etnográficos sobre as práticas sexuais de povos africanos; revela segredos e dá receitas farmacológicas para combater a impotência e reconstituir o hímen perdido. Graças às autopsias que fazia, Venette descrevia o interior do corpo, inclusive dos órgãos genitais, de forma nunca antes tratada: “os testículos estão guardados no interior de uma bolsa como algo de extremamente valioso. É daí que a natureza tira constantemente a matéria da qual ela produz todos os dias, miraculosamente, os hormônios” (VENETTE, 1778, p.7).

Sem dúvida, o que torna esta obra revolucionária é a clara determinação de seu autor em explicar, em permitir o acesso a um saber relativamente isento da contaminação religiosa. Para Venette, o que a natureza humana mais almeja é conhecer suas origens, as quais ele propõe explicar no livro. A partir do momento em que o homem é visto como um ser natural, a sexualidade deixa de ser antagônica à espiritualidade, como era o caso na visão religiosa, para tornar-se algo que é próprio do homem e cuja satisfação, dentro do casamento, é sadia, independentemente da reprodução. O Iluminismo coloca a questão das relações entre o instinto e a vontade, e entre o desejo e a virtude de uma

forma totalmente nova, sem o moralismo que, até então, marcava a vivência da sexualidade. O homem não é mais entendido como um ser guiado pelos instintos mas, antes, como um ser civilizado capaz de conter-se, no que for necessário, para um valor maior: a sociedade. A nova concepção burguesa do casamento entendia o instinto sexual como algo primordial do sujeito, que deveria ser controlado para ser reutilizado em favor da sociedade (algo bem próximo da concepção freudiana de sublimação). Temos, então, as bases para aquilo que, no final do século XIX, passou a ser chamado de “sexualidade”: não era mais possível pensar o sujeito sem o sexo.

Ao mesmo tempo, privilegiar a razão como a nova instância que determina o sujeito autônomo teve um custo: a supremacia do cérebro masculino sobre o sistema nervoso feminino centrado no útero. Ocorreu então, de um lado, uma biologização da diferença sexual centrada sobre o sistema nervoso feminino e o cérebro masculino, e não sobre a diferença anatômica dos órgãos sexuais; e, por outro lado, toda a discussão para se saber como o homem poderia dominar sua sexualidade para dela obter os prazeres conforme as exigências da razão, da moral vigente e da higiene (LAQUEUR, 1992). Trata-se do modelo do sexo único. Como veremos mais adiante, por mais revolucionárias que tenham sido as posições de Freud, ele manteve-se conservador no que diz respeito a este modelo. Sua origem data da Antiguidade, e o expoente máximo foi Aristóteles. Para ele, existiria uma hierarquia entre os sexos, sendo o masculino o mais perfeito. Após Aristóteles, Galeno construiu uma versão final desse modelo que perdurou por séculos no Ocidente. Introduzindo a teoria dos humores, Galeno sustentava que o humores quentes condensaria as virtudes do masculino; e a sua ausência na circulação geral dos humores caracterizaria o feminino (BIRMAN, 2001). Galeno conclui que a morfologia

corporal decorre da circulação dos humores, e o equilíbrio entre eles configuraria a morfologia genital dos sexos. Ou seja, não é a anatomia que determina os sexos, mas sim os humores: este é o paradigma do sexo único. Este paradigma só começou a mudar no século XVII quando, de forma esparsa, aparecem os primeiros atlas de anatomia nos quais as diferenças morfológicas entre o corpo do homem e o da mulher começam a se delinearem. Embora a formulação natural da diferença entre os sexos tenha se consolidado ao longo do século XVIII e no início do XIX, o que teria definitivamente subvertido o modelo do sexo único foi a igualdade de direitos dos cidadãos proclamada pela Revolução Francesa (LAQUEUR, 1992). Mas, as conquistas ali alcançadas não propiciaram o proclamado: as mulheres não tiveram os mesmos direitos que os homens. Com a falência do modelo do sexo único, fundaram-se novas bases de hierarquia, sustentadas pela natureza biológica, que determinavam as diferentes inserções sociais do homem e da mulher, o que, no fundo, manteve inalterada a dominação masculina. É assim que, para avaliarmos corretamente a posição da mulher na cultura ocidental – posição que influenciou o discurso psicanalítico sobre a sexualidade feminina –, não basta, por exemplo, denunciarmos a sua exclusão em determinados setores da sociedade, sobretudo na época de Freud. Mais do que isto: é necessário compreender as disposições hierárquicas que fizeram com que as mulheres, elas mesmas, participassem de sua própria exclusão (BOURDIEU, 2002). Talvez seja na maternidade que o peso deste discurso mostre toda a sua força. O “tornar-se mãe” passou a ser incentivado, como se se tratasse de algo natural – o instinto materno – e não como uma construção ideológica que determinava sem apelo a importância da mulher para o bem-estar social (BADINTER, 1988). Ou seja, a única forma de manter o novo paradigma sobre a dife-

rença dos sexos e a existência de um instinto sexual inerente a todo ser humano foi fazendo das mulheres seres destinados à reprodução, úteis à sociedade no ofício de mãe e no casamento. Quanto aos homens, eles deveriam lançar mão de sua força espiritual superior para manter o sexo no limite da decência e no casamento, sendo a masturbação entendida como o inverso da autodisciplina esperada, pois o reverso do instinto sexual “natural” (SARASIN, 2002/3). São assim lançadas as bases da luta (desta vez médica e não mais religiosa) contra a masturbação, que poderia levar à morte ou à loucura devido à perda desnecessária e excessiva de esperma.

Até o meio do século XIX, o onanismo era a única forma de desvio reconhecida – perversão – em relação ao sexo “sadio”. Entretanto, algumas décadas mais tarde as coisas começam a mudar: a medicina e a psiquiatria legal se interessam por uma sexualidade não controlável que estaria presente na passagem ao ato em muitas formas de crimes. Em 1857 Ambroise Tardieu, professor de medicina legal na Universidade de Paris, “o mais eminente representante da medicina legal francesa” (MASSON, 1984, p.17)⁶, publica o famoso *Étude médico-légale sur les attentats aux mœurs (Estudo médico-legal sobre os atentados aos costumes)*, rapidamente traduzido em várias línguas. Neste clássico da época, ao lado dos excessos sexuais que podiam chegar aos crimes sexuais, mas que não eram classificados como perversões, uma outra forma de sexualidade aparece: *the nameless crime*: o crime sem nome. Trata-se da pederastia e

da sodomia, hoje chamados de homossexualidade e coito anal.

As teorias de Tardieu marcariam a passagem do conceito de perversão do Iluminismo – o onanismo – ao da época da industrialização – a homossexualidade (SARASIN, 2002/3). Mais tarde, em 1886, o visconde Richard von Krafft-Ebing, especialista em medicina legal, escreve o famoso *Psychopathia Sexualis* no qual traça um longo inventário das perversões humanas e rediscute as pulsões heterossexuais. Este novo reexame do problema faz do desejo sexual uma energia fundamental, motor de toda ação humana. Entretanto, ainda que esta pulsão não possa ser devidamente apreciada sem levar em conta a genitalidade, cabia à psiquiatria garantir que ela fosse pelo menos “boa”, para o sujeito e para a sociedade, diferenciando-se das disposições “perversas”. Isto significa que a ideia de que a pulsão era responsável não apenas pela reprodução e pelo prazer, mas que também estava presente em todas as ações humanas já era teorizada. A pulsão em si é uma pulsão livre: ou ela consegue seguir o seu caminho segundo a moral, ou ela se perverte.

O *Psychopathia Sexualis* traz algo de radicalmente novo: uma imagem da sexualidade que se divide em “sexualidade normal” em sua essência, e uma sexualidade geneticamente perversa devido a taras hereditárias.

A subversão freudiana

Os grandes psiquiatras e sexólogos do século XIX esforçaram-se para traçar um “herbário” dos prazeres (FOUCAULT, 1985, p.63), que ia desde o tímido admirador de sapatos femininos até o “sentimento contrário”, ou seja, a homossexualidade. Um minucioso inventário das práticas sexuais que escapavam aos ditames morais foi repertoriado e etiquetado, fazendo surgir novas formas de perversões. Dentro de uma perspectiva higienista e

6. Freud teria frequentando, durante a sua estada em Paris, tanto as aulas do Prof. Tardieu quanto o necrotério local onde teria presenciado autopsias em crianças mortas devido a abusos sexuais. Masson considera incompreensível que este fato importante durante a estada de Freud em Paris nunca tenha recebido a devida atenção por parte dos estudiosos de Freud. Cf. MASSON, 1984.

repressiva, discutiam-se os “efeitos nocivos da sexualidade”: práticas contra a natureza, os perigos da masturbação, do coito interrompido, uma vida conjugal insatisfatória...

O pequeno ensaio de 40 páginas publicado em 1905 por Freud – *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* – subverte os esquemas explicativos tradicionais. A concepção de “pulsão natural *versus* pulsão perversa” é abandonada, e o debate centra-se na diferença entre o objeto sexual e a finalidade sexual (entre o objeto desejado e a atividade sexual almejada com o objeto). Se a pulsão não tem objeto fixo, nada existe que seja biologicamente programado: toda forma de atividade sexual resulta de um percurso pulsional, de uma história individual e única. Ou seja, a sexualidade em cada ser humano, devido à singularidade da história de cada um, terá um destino particular: não há uma única maneira que se proponha certa e universal para as manifestações da sexualidade. A civilização comete uma grande injustiça ao “*exigir de todos uma idêntica conduta sexual*” (FREUD, 1976, p.197). A fixação heterossexual, assim como a homossexual, necessita igualmente de explicação, posto que a base da “escolha sexual” repousa tanto na disposição bissexual do ser humano quanto na sexualidade infantil, cuja natureza é perversa e polimorfa em uma dimensão essencialmente autoerótica: na disposição a todas as perversões encontramos o humano e o original (FREUD, 1976).

Sem dúvida, a mudança de paradigma trazida por Freud foi de peso. Com Freud, a sexualidade, inclusive a perversa, torna-se humana, constituindo o núcleo mais profundo do sujeito: não há sentido falar de “bom ou de mau sexo”, de “sexo sadio ou doente”. Para Freud, finalmente, a sexualidade é dificilmente compatível com as exigências da civilização, constituindo-se mais como fonte de mal-estar do que de felicidade (FREUD, 1974).

Lacan, em sua teorização, contribuiu para a compreensão freudiana ao mostrar que o sujeito pode ficar preso numa captura narcísica, para evitar o encontro angustiante do que ele é como objeto para o Outro. No início, essa captura narcísica inscreve-se no sujeito quando ele reflete a imagem que corresponde ao desejo dos pais ou da família e está articulada à constituição do sujeito como um tempo lógico necessário e estruturante, o Estádio do Espelho, em que sua imagem ideal refletida é autenticada pelo Outro. Essa ilusão narcísica de completude é a condição necessária para a constituição do sujeito e sua inscrição no campo do Outro, no simbólico. Corre-se entretanto o risco de se ficar preso ao imaginário, ao ideal, numa alienação à imagem e portanto detido, paralisado. O encontro com o desejo do Outro é sempre enigmático e angustiante para o sujeito, pois nunca se sabe o que pode advir. As relações amorosas, que são expressões de laços sociais, geralmente refletem essa forma de vínculo alienante em que o sujeito evita a renúncia de ser o objeto imaginário que obtura a falta do Outro, renúncia que possibilita o acesso ao desejo.

Reflexões finais

Com esta breve digressão sócio-histórica, procuramos mostrar como os discursos sobre a sexualidade são tentativas de nomear o *Isso*: a alteridade interna, aquilo que nos lembra que não somos senhores em nossa própria casa. Tais discursos foram sendo construídos ao longo dos séculos, até ocuparem uma parte central tanto na vida individual quanto na coletiva da sociedade ocidental. A cada momento histórico este saber foi apresentado como uma verdade, seja ela ditada pela Igreja, pelo Estado, ou pela medicina. O discurso ideológico, sustentado por este saber e atrelado aos interesses que sustentavam o poder e a ordem política, estabelecia o que deveria ser considerado “nor-

mal” e, por extensão, o patológico, em termos de desejos e práticas sexuais.

Foi no interior do discurso médico-psiquiátrico que a psicanálise surgiu. Por isso, a psicanálise, fruto da cultura ocidental, só pode ser entendida a partir da perspectiva histórica que a precedeu.

Para que a psicanálise, que em um primeiro momento foi libertadora ao denunciar a existência de uma outra cena que determina nossas escolhas objetais, não se transforme em mais uma prática normativa é necessário que os psicanalistas façam constantes incursões em seus conceitos de base para confrontá-los com os movimentos sócio-históricos. Há de se levar em conta as mudanças sociais, sob pena de ficarmos arraigados a teses não mais sustentáveis na contemporaneidade. ◻

THE INVENTION OF SEXUALITY

Abstract

The authors assume that all societies have always been challenged by the enigma of sexual, which led them to create discourses to cope with drives demands. Through a socio-historical digression, the authors show how the Western World created ways to deal with this enigma, leading to what might be called the “invention of sexuality”. The discourses on sexuality appear at precise socio-historical periods as attempts to regulate the sexual practice in accordance with the standards of a given time, in order to control social and political behaviors by controlling body and sexuality. Being the regulation of sex an issue of the State, of the ruling elites and of religion, the text proposes to show how the “moral” of each of these instances creates both the discourse about sexuality and its regulation, as well as means to control it or even to cure its “deviant” manifestations. The endless approaches that for centuries have been attributed to this constitutive dimension of the human, portrays the particular destination that our culture has given to the sexual. The interest of discussing this theme is to show how our theories and our clinical practice are tributary to culture. For the authors, psychoanalysis, a creation of Western culture, may only be properly understood from the historical perspective that preceded it.

Keywords

Sexual, Sexuality, Control, Culture, Psychoanalysis.

Bibliografia

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

BIRMAN, Joel. *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 2002.

CECCARELLI, Paulo R. Sexualidade e preconceito. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, III, 3, 18-37, set. 2000.

DEL PRIORE, Mary. Homens e mulheres: o imaginário sobre a esterilidade na América portuguesa. In: *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v. VIII(1): 98-112, mar.-jun. 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.

FREUD, Sigmund (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.VII.

FREUD, Sigmund (1908). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.IX.

FREUD, Sigmund (1930). O mal-estar na civilização. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v.XXI.

KRAFFT-EBING, Richard (1886). *Psychopathia sexualis*. Trad. francesa de E. Laurent E. e S. Casapó S. Paris: Georges Carré Editeur, 1895.

LAQUEUR, Thomas. *La fabrique du sexe*. Paris: Gallimard, 1992.

MASSON, Jeffrey Moussaieff. *Atentado à verdade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Alberto. *Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 320 p.

RANKE-HEINEMANN, Utha. *Eunucos pelo reino de Deus*. 3.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

REIS SANTOS, Adelson B. & CECCARELLI, Paulo R. Psicanálise e moral sexual. In: *Reverso: Revista de Psicanálise*, Belo Horizonte, v.32, n.59, 23-30, 2010.

SARASIN, Philipp. L'invention de la "sexualité", des Lumières à Freud. Esquisse. In: *Le Mouvement Social*, 2002/3, n.200.

TARDIEU, Ambroise (1857). *Étude médico-légale sur les attentats aux mœurs*. 6.éd. Paris: Baillière, 1873.

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1992.

VENETTE, Nicolas. *Tableaux de l'amour conjugal*. Amsterdam: Ryckhoff, 1778. (Nova edição revista, corrigida e aumentada de considerações importantes, e enriquecida de novas gravuras, maiores e mais exatas que nas edições precedentes.)

RECEBIDO EM: 09/08/2010

APROVADO EM: 19/08/2010

SOBRE OS AUTORES

Ana Cristina Teixeira da Costa Salles

Psicóloga. Psicanalista. Presidente do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais.

Paulo Roberto Ceccarelli

Doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Membro do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais. Membro da Société de Psychanalyse Freudienne – Paris, França. Professor Adjunto III no Departamento de Psicologia da PUC-MG.

Endereço para correspondência:

Rua Piauí, 778/503 – Funcionários
30150-320 – BELO HORIZONTE/MG

Tel.: + 55 (31)3273-4351

E-mail: anacristinatcsalles@hotmail.com –
pr@ceccarelli.psc.br